



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DA
CONTROLADORA E
CONSOLIDADO EM
CONJUNTO COM AS
NOTAS EXPLICATIVAS**

FINDAS EM 31/12/2018 E 31/12/2017

SUMÁRIO

Palavra do Presidente	4
Relatório de Administração de 2018	5
Principais Indicadores da Chapecoense	6
Ranking Nacional de Clubes	6
Ranking Digital dos Clubes Brasileiros - Ibope/Repucom	6
Time mais amado do Brasil	6
Governança Corporativa	7
Implantação de Novos Sistemas Corporativos e Consolidação da Governança	7
Transformação Digital em Prol dos Processos de Gestão	7
Envolvimento dos Conselhos na Gestão do Clube	8
Desempenho Econômico / Financeiro	8
Receita Operacional Bruta	9
Custos Operacionais	10
Despesas com Pessoal e Direito de Imagem	11
Contingências Cíveis e Trabalhistas	12
Manutenção do Valor da Marca e Investimento nos Atletas	13
Responsabilidade Social e Recursos Humanos	14
Projeto "Craque Cidadão Verde e Branco"	14
Certificado de Clube Formador	14
Futebol Feminino	14
Futebol Títulos	15
Prêmio Laureus	15
Troféu João Saldanha	15
Ativo	16
Passivo (a descoberto) e Patrimônio Social	17
Demonstração do Superávit / Déficit do Período	18
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social (Controladora)	19
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social (Consolidado)	20
Demonstração dos Resultados Abrangentes	21
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	22
Demonstração do Valor Agregado (DVA)	23
Notas Explicativas	24
1. Contexto Operacional	24
2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	26
3. Aprovação das Demonstrações Financeiras	27
4. Principais Práticas Contábeis	27
4.1. Consolidação	27
4.2. Moeda Funcional e Conversão em Moeda Estrangeira	28
4.3. Caixa e Equivalentes de Caixa	28
4.4. Contas a Receber	28

4.5.	Ativo Imobilizado	29
4.6.	Intangível	29
4.7.	Fornecedores	30
4.8.	Impostos e Contribuições	30
4.9.	Provisões	30
4.10.	Provisões para Contingências	31
4.11.	Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes	31
4.12.	Reconhecimento da Receita	31
4.13.	Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos	32
4.14.	Normas, Interpretações e alterações de Normas Contábeis	32
4.15.	Novas Normas Contábeis ainda não adotadas	33
4.16.	Derivativos	34
5.	Caixa e Equivalentes de Caixa	35
6.	Contas a Receber de Patrocínio	35
7.	Outras Contas a Receber	37
8.	Adiantamentos	37
9.	Empréstimos a Terceiros – Partes Relacionadas	37
10.	Despesas dos Exercícios Seguintes	38
11.	Investimento	38
12.	Imobilizado	39
13.	Intangível	40
14.	Fornecedores	42
15.	Obrigações Sociais	42
16.	Obrigações Tributárias	43
17.	Outras Obrigações	44
18.	Contingências Cíveis e Trabalhistas	45
19.	Patrimônio Social	47
20.	Composição da Receita Líquida	48
21.	Despesas com Pessoal	49
22.	Despesa com Manutenção	50
23.	Gastos com Jogos e Competições	50
24.	Serviços de Terceiros	50
25.	Direito de Imagem	50
26.	Gerais e Administrativas	51
27.	Resultado Financeiro	51
28.	Outros Resultados Operacionais	52
29.	Gestão de Risco e Instrumentos Financeiros	52
29.1.	Fatores de Risco Financeiro	52
30.	Seguros	53
	Relatório do Auditor Independente	54
	Parecer do Conselho Fiscal	60
	Aprovação do Conselho Deliberativo	62

PALAVRA DO PRESIDENTE

O ano de 2018 foi mais um grande desafio para a Chape. A retomada, iniciada em 2017, teve um novo capítulo. A partir do momento em que conquistamos o campeonato catarinense cerca de quatro meses após a tragédia e tivemos uma grande campanha no Brasileirão, com nossa melhor colocação na história, tendo a honra de ser o time que mais pontuou no segundo turno do campeonato (o que nos rendeu o Troféu João Saldanha, do Lance!), surpreendendo a todos - e até a nós -, pareceu que a parte mais difícil do caminho de reconstrução havia sido superada (e com expectativas superadas). No entanto, as dificuldades foram novas.



Com os olhos do mundo virados para a Chape, que se tornou uma vitrine tanto nas competições oficiais como nos amistosos internacionais, muitos jogadores que aceitaram o desafio de recompor nossa equipe do zero receberam novas propostas e, com o dever cumprido, encerraram seu capítulo em nossa história. Assim, a Chape viu-se novamente em uma situação de recomposição de elenco. Uma base foi formada, mas várias peças importantes e que tomaram protagonismo para si partiram.

O novo capítulo da reconstrução iniciada em 2017 começou parecido: chegamos na final do Catarinense, mas não conseguimos o tricampeonato (iniciado no título de 2016). Seria a primeira vez da Chape conquistando três Catarinenses seguidos. O nível de jogo aumentou, assim como a dificuldade de encontrarmos regularidade, e vivemos uma Série A entre altos e baixos, escapando do rebaixamento na última rodada.

Por outro lado, em demais áreas nosso projeto prosseguiu e otimizamos ainda mais os processos administrativos da Chape: na governança corporativa, implementamos novos sistemas corporativos para consolidar o projeto; no digital, modernizamos modelos e lançamos a primeira versão do portal "Transparência Chape", que é utilizado por nossos sistemas de controle; quanto ao Futebol de Base, prosseguimos com o Projeto Craque Cidadão Verde e Branco que é alicerçado por nosso Certificado de Clube Formador, adquirido junto à CBF por diversas categorias de excelência cumpridas pelo clube.

São ações como estas, unidas ao seguimento de um trabalho firmado em sinergia por todos, que reforçam a nossa Chape e nos fazem acreditar que o novo capítulo de 2019 trará grandes frutos em consonância com o esforço e a determinação de todos. Seguimos comprometidos com nossos ideais, honrando a memória dos que aqui não mais estão, e nos inspirando neles para buscar sempre mais conquistas.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE 2018

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Associação Chapecoense de Futebol concretiza a publicação do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras Consolidadas, preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Em especial, esta publicação atende à Resolução do CFC nº 1.429, de 25 de janeiro de 2013, que aprova a ITG 2003 - Entidade Desportiva Profissional. A Associação Chapecoense de Futebol adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas e que são efetivas para as demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado de 31 de dezembro de 2018.

PRINCIPAIS INDICADORES DA CHAPECOENSE

Ranking Nacional de Clubes

Os resultados expressivos dentro de campo garantiram, à Chapecoense, uma posição seleta no ranking de clubes da CBF. Divulgada anualmente, a lista avalia o desempenho dos times nos últimos cinco anos e, a partir disso, classifica os melhores do Brasil. Por conta do crescimento estratosférico, das ascensões de divisão, das participações com campanhas consideráveis na Copa do Brasil e das posições cada vez mais altas na primeira divisão do Campeonato Brasileiro, a Chapecoense surpreendeu: o clube aparece no 10º lugar, com 10.706 pontos. Há 10 anos, no ranking de 2008, o Verdão ocupava, apenas, a 125ª posição, com 55 pontos. Numa análise mais recente, o crescimento também é notável: na lista divulgada em 2017, o time aparecia na 19ª posição, com 7.596 pontos e, em 2018, subiu para o 14º lugar, com 9.010 pontos somados. Para entender a grandiosidade da marca alcançada, basta analisar que, ocupando a 10ª posição, a Chapecoense fica à frente de grandes e tradicionais clubes como Botafogo, São Paulo e Fluminense. Em comparação aos times do estado, a vantagem também é expressiva: o Avaí ocupa o 21º lugar, seguido pelo Figueirense, em 22º, Criciúma, em 29º e Joinville em 39º. O décimo lugar alcançado pela Chapecoense é a melhor posição já ocupada por um time catarinense.

Ranking Digital dos Clubes Brasileiros - Ibope/Repucom

O Ibope/Repucom analisa, mensalmente, o crescimento dos clubes brasileiros nas maiores bases digitais do país. Eles analisam 45 times e, no ranking, a Associação Chapecoense de Futebol aparece na 10ª colocação, com um total de 5.959.252 de seguidores entre Facebook, Twitter, Instagram e Youtube. No ranking, a Chapecoense aparece à frente de gigantes como Internacional, Fluminense e Botafogo.

Time mais amado do Brasil

Numa enquête realizada e publicada pela ESPN, a Associação Chapecoense de Futebol foi escolhida o time mais amado do Brasil. A pesquisa contou com mais de 82 mil interações e o clube alviverde, com 5,1 mil votos, aparece no topo do ranking dos mais queridos da Série A do Campeonato Brasileiro. Na enquête que questionava sobre as equipes mais odiadas, a Chape é a penúltima.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Implantação de novos Sistemas Corporativos e Consolidação da Governança

Para dar sequência e aperfeiçoar, ainda mais, o processo de Governança Corporativa iniciado nos primeiros meses de 2017, a Associação Chapecoense de Futebol implantou, em 2018, novos softwares a fim de otimizar os processos de gestão. Após uma avaliação de mercado, optou-se pela Prisma Software de Gestão, para prover as Soluções Sênior (Gestão Empresarial e Gestão de Pessoas), como ferramentas adequadas às demandas da instituição.

O clube está buscando maior agilidade das atividades, reduzindo retrabalhos, aumentando a confiabilidade dos dados para tornar a administração ainda mais profissional. Além disso, processos financeiros, fiscais, contábeis e de recursos humanos, bem como processos de compras, controle de estoque, contratos, licenciamentos e contratos com atletas estão sendo otimizados.

Os Sistemas estão na fase final de implantação e pretende-se potencializar a gestão da instituição, com eficiência em todos os módulos necessários para a gestão econômica e financeira do clube, reduzir processos internos, agilizar a tomada de decisões e gerar resultados mais rápidos e precisos, tudo isso de uma forma prática, automatizada, especialista e simplificada, buscando facilitar a gestão do clube e identificar maneiras mais eficazes de gerir o patrimônio da nossa Chape e demonstrar mais agilidade, segurança e transparência nos processos internos.

Transformação digital em prol dos processos de gestão

Com o advento da cultura de boas práticas de gestão, projetos de modernização de sistemas foram incluídos na rotina do clube. Além da implementação do ERP de Gestão e Recursos Humanos, já foi lançada a primeira versão do portal: Transparência Chape, que é atualizado de forma online por todos os sistemas de controle.

Além disso, estão previstas outras melhorias entre elas destacamos: sistemas de ingressos, controle de acesso no estádio e melhorias para os sócios. “A tecnologia move o mundo e as empresas ou instituições não sobrevivem sem ela! O crescimento de qualquer instituição configura atualmente no processo de informação e tecnologia que a submerge. Ter tecnologia não é suficiente, mas desenvolver e gerenciar informações que possam contribuir nesta inovação, é o que faz a diferença”, destacou Darlan Segalin, Diretor de Tecnologia da Chapecoense.

Envolvimento dos Conselhos na Gestão do Clube

Para dar mais transparência e avaliação de soluções sobre estratégias financeiras do clube em Reunião do Conselho Deliberativo em novembro de 2018 foi constituída uma Comissão para acompanhar o Orçamento e avaliar possíveis necessidade de aprovação de suplemento orçamentário.

A Comissão sugeriu várias melhorias no processo de apresentação das Informações Contábeis, financeiras e orçamentárias, bem como, de Governança Corporativa, as quais foram prontamente atendidas e incorporadas nos processos internos, tais como:

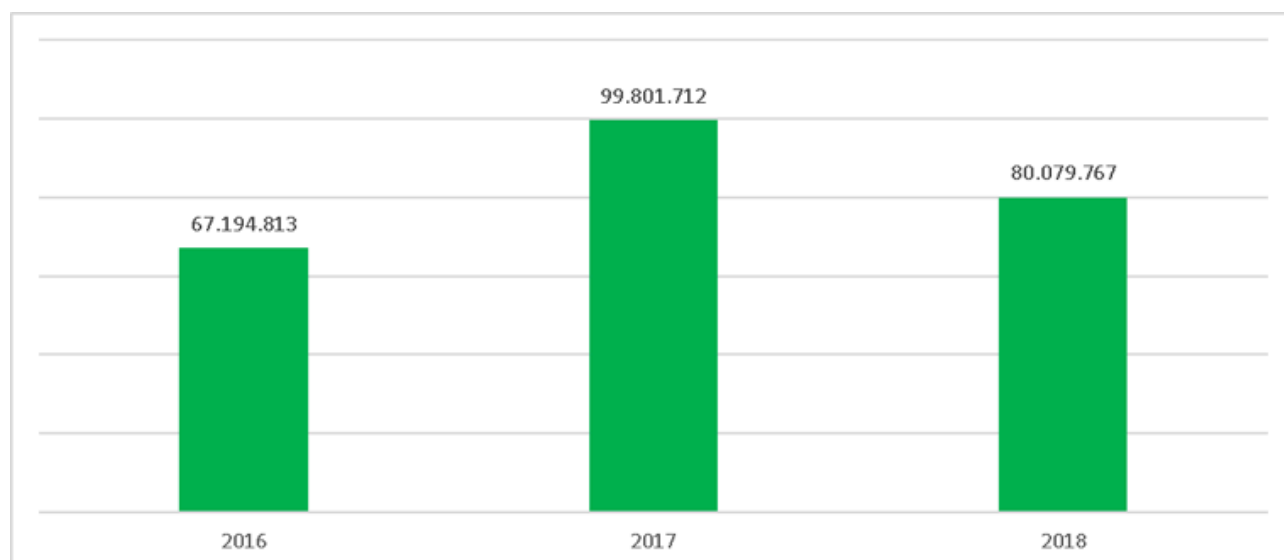
- 1) Apresentação das contas através de um Modelo de Demonstração do Resultado com separação das contas atípicas;
- 2) Detalhamento dos desvios orçamentários acima de 10%;
- 3) Criação de um Grupo específico para as Despesas do Acompanhamento do Acidente Aéreo;
- 4) Implantação de Procedimentos Operacionais Padrão (POP);
- 5) Política de Despesas com gerenciamento das verbas mensais pelo Sistema; e
- 6) Matriz com aprovação de alçadas duplas.

Desempenho Econômico / Financeiro

Pode-se afirmar que o ano de 2018 foi desafiador para a gestão econômica e financeira do Clube em função da redução no volume de Receitas em comparação com 2017.

Receita Operacional Bruta

Quadro da Evolução da Receita Bruta:



Quadro Comparativo por tipo de Receita:



Destacamos, que em 2017 o clube teve um aumento de 102% na receita com negociação de atletas, decorrente da venda do atleta Rossi para o Shenzhen, da segunda divisão chinesa por 3,5 milhões de Euros. O crescimento do programa de sócio torcedor foi de 111% com forte apelo em função dos acontecimentos que afetaram o elenco do clube. Vale o destaque para o aumento das receitas de doações de extraordinários 84.000% por conta de valores recebidos com intuito de reconstrução da entidade e apoio esportivo de patrocinadores, torcedores, fornecedores, parceiros de negócio e rendas líquidas de partidas amistosas nacionais e internacionais.

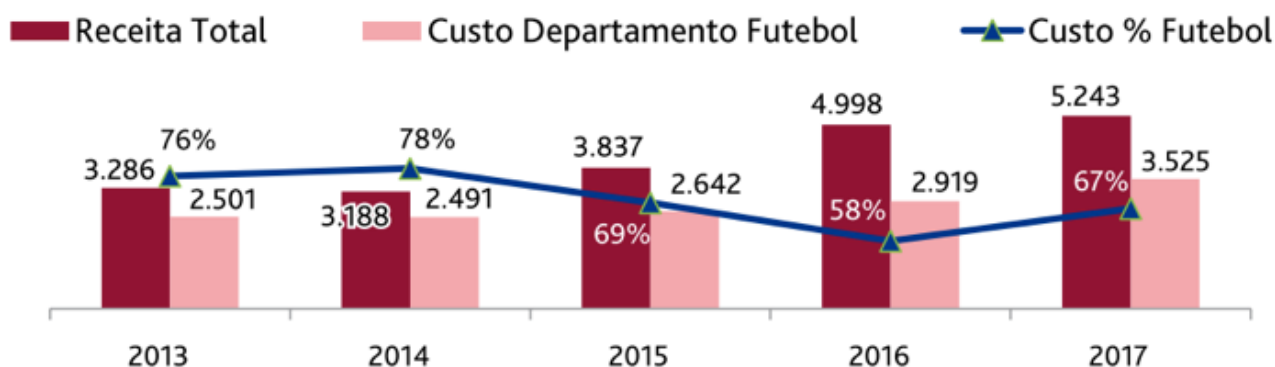
Considerando o histórico recente, a Receita Operacional Bruta cresceu 48,5%, passando de R\$ 67,2 milhões em 2016 para R\$ 99,8 milhões em 2017, porém esse ano de 2017 foi atípico e vários eventos que contribuíram para esse crescimento não se repetiram em 2018 fechando o ano com R\$ 80,2 milhões, ou seja, decréscimo de 19,6%.

No ano de 2017, como destacado anteriormente, em função de trágico acidente aéreo que vitimou a equipe, houve incrementos importantes de receita, conforme segue:

- R\$ 5,3 milhões da Participação em Competições Internacionais
- R\$ 5,0 milhões de Contribuição da CBF destinado à reconstrução do Clube
- R\$ 5,2 milhões com Doações e Eventos realizados com o objetivo da reconstrução
- R\$ 4,0 milhões com Sócios Contribuintes e incremento de Sócio Torcedor
- R\$ 3,3 milhões com Rendimentos de Aplicações Financeiras
- R\$ 1,7 milhões com Amistosos e Jogos no Exterior
- R\$ 3,9 milhões com demais Receitas oriundas de incrementos de bilheteria, jogos com a categorias de base e direitos de uso da marca.

Custos Operacionais

No ano de 2018 não foi possível manter essas Receitas, porém as Despesas aumentaram em função da necessidade de contratação de atletas que no ano anterior estavam emprestados com custo subsidiado pelos Clubes de origem, mas mesmo assim, a relação entre relação Receita Total x Custo com o Departamento de Futebol é favorável se considerados os demais Clubes da Série A do Futebol Brasileiro e do conjunto de 25 Clubes do Estudo da BDO "<https://www.bdo.com.br/pt-br/publicacoes>", vejamos:



Fonte: BDO

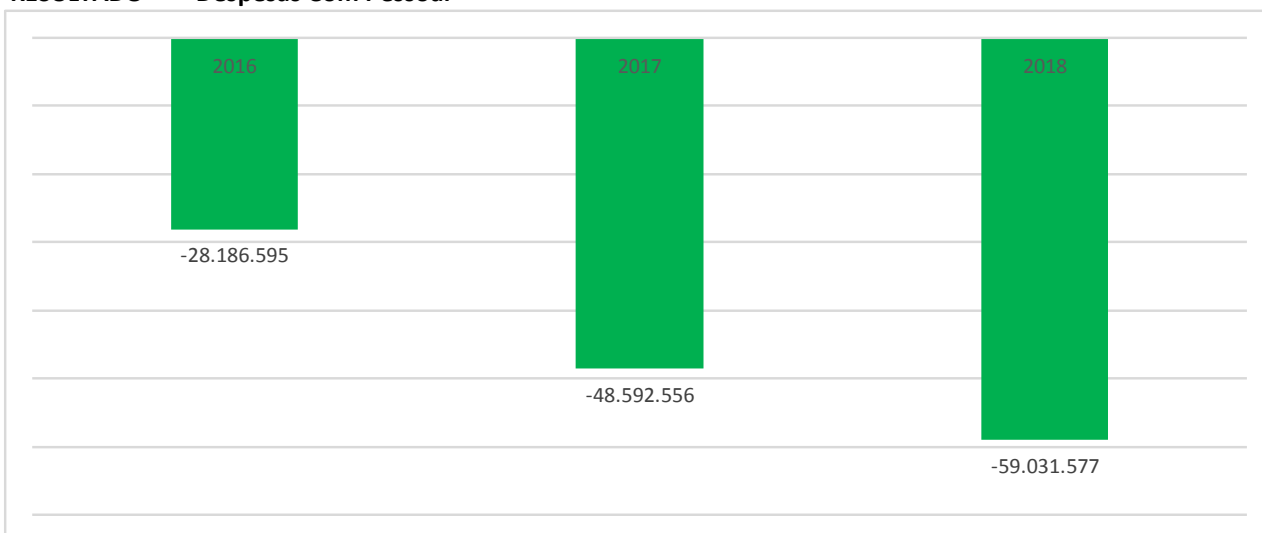
Segundo o Relatório da BDO, o aumento de 9% do índice do custo do futebol para 2017 demonstra substancialmente, a queda na receita da maioria dos clubes listados em decorrência da não reincidência das luvas ocorrida no ano de 2016.

Adicionalmente, os próprios custos com o departamento de futebol aumentaram 21% em relação ao ano de 2016. Destaca também que nos últimos 5 anos, os custos do departamento de futebol cresceram 60%, levantando um sinal de alerta para todos os clubes.

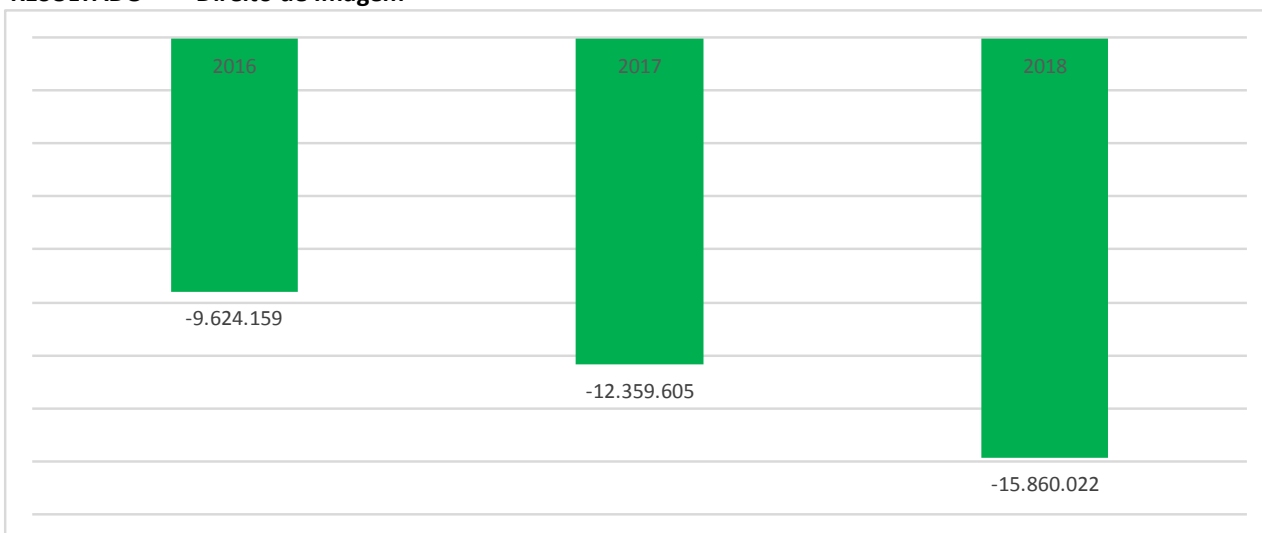
Destacamos o crescimento das “Despesas com Pessoal” e “Direitos de Imagem” em função da necessidade de manter o clube na elite do futebol brasileiro que em comparação especialmente a 2017 que, conforme citado anteriormente não houve os subsídios dos Clubes Brasileiros que auxiliaram no momento triste após tragédia do acidente aéreo em 2016.

Despesas com Pessoal e Direito de Imagem

RESULTADO **Despesas Com Pessoal**



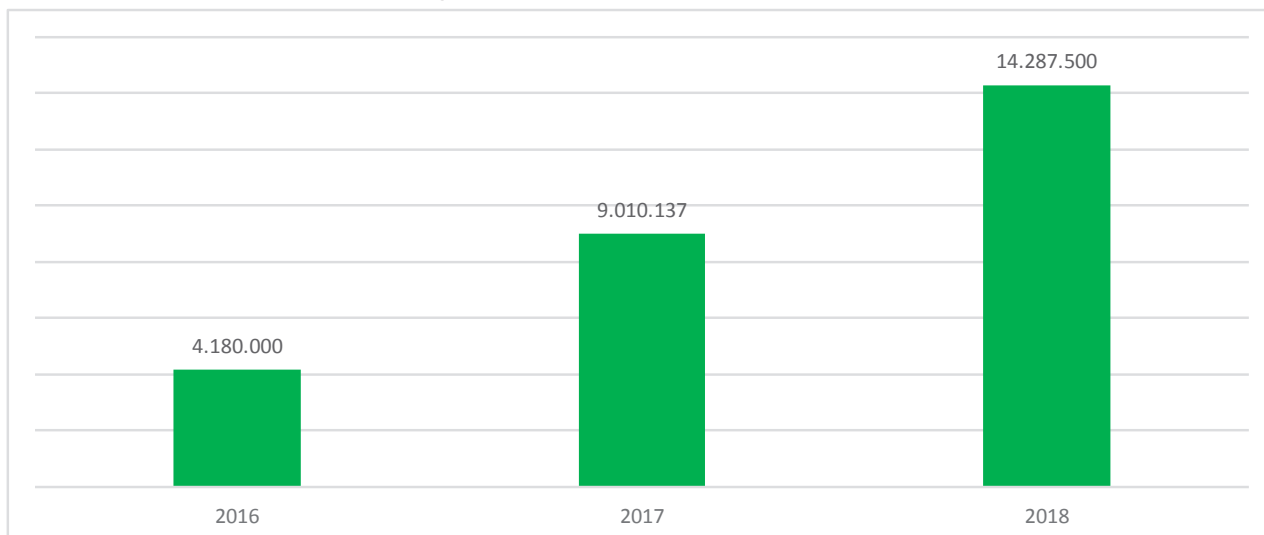
RESULTADO **Direito de Imagem**



Contingências Cíveis e Trabalhistas

Por outro lado, alguns acordos trabalhistas consequência do acidente, foram efetivados ao longo dos últimos anos e as Provisões para Contingências constituídas para essa finalidade, somam em 31/12/2018 R\$ 14,3 milhões.

PASSIVO **Provisão Para Contingências**



Importante destacar que esses fatores acima apresentados (custo do departamento de futebol e provisões para contingências trabalhistas) provocaram o Déficit de R\$ 38 milhões em 2018 revertendo os Superávits nos anos anteriores, porém os Investimentos na Formação de Atletas, nos Direitos Federativos e Econômicos e nas demais Ações no Clube, demonstram a Evolução do Valor e as Forças da Marca Chapecoense.

Manutenção do Valor da Marca e Investimento nos Atletas

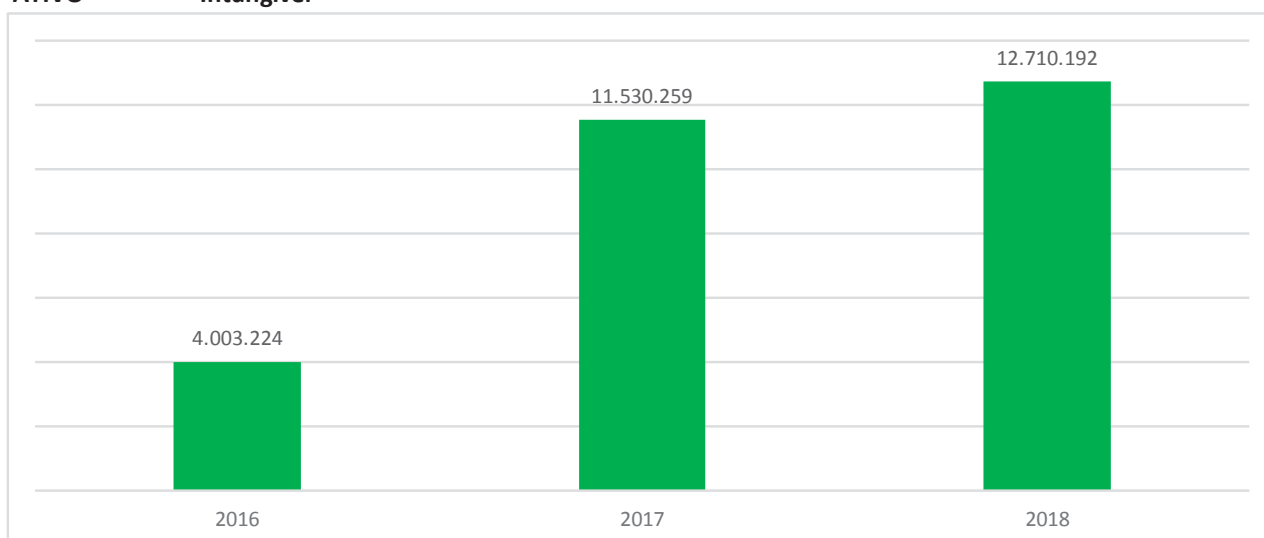




Destaca-se os Investimentos no Ativo Intangível que em 31/12/2018 representam R\$ 12,4 milhões (11,5 milhões em 2017), este incremento está representado por aproximadamente 133 Atletas entre as categorias sub 13, sub 15, sub 17, sub 20 e profissional.

Se avaliarmos os atletas das categorias sub 17, sub 20 e profissional com perspectiva de realização no mercado ativo o valor estimado destes atletas atualmente representam R\$ 75 milhões (em 2017 este valor seria de R\$ 43 milhões), demonstrando a valorização e os efeitos positivos da política de investimentos.

ATIVO Intangível



Percebe-se que a política de investimentos em Formação de Atletas e Direitos Federativos e Econômicos de Atletas Profissionais está produzindo excelentes resultados.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E RECURSOS HUMANOS

Projeto “Craque Cidadão Verde e Branco”

No que diz respeito à responsabilidade social, a Associação Chapecoense de Futebol desenvolve o projeto Craque Cidadão Verde e Branco. A iniciativa diz respeito a um processo, vinculado à Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), que estabelece que pessoas físicas podem deduzir até 6% do valor do imposto de renda de doações ou patrocínios que apoiem diretamente projetos desportivos e paradesportivos e, da mesma forma, 1% para pessoa jurídica. Este projeto alinha a vinculação do esporte na sociedade em que está inserido, de modo que cerca de 100 jovens entre 14 e 19 anos, que integram as categorias sub-15, sub-17 e sub-20 do clube, poderão ser beneficiado através do projeto, tendo garantidas as oportunidades da prática desportiva regular, bem como a participação em competições organizadas pela Federação Catarinense de Futebol (FCF).

Certificado de Clube Formador

Com o selo de clube formador, concedido pela Confederação Brasileira de Futebol, a Chapecoense confirma a aptidão e a excelência - considerando todos os requisitos legais nas categorias de base - para a formação de novos atletas.

Para conseguir o selo, a Chape teve que preencher a vários requisitos. Entre eles:

- Apresentar relação de técnicos e preparadores físicos das categorias de base, com habilitação para o exercício da função;
- Comprovar a participação em competições oficiais das categorias;
- Apresentar um programa de treinamento compatível com a faixa etária em horários também compatíveis com a atividade escolar dos atletas;
- Manter controle sobre frequência e aproveitamento escolar dos atletas;
- Proporcionar assistência médica e odontológica;
- Garantir o acompanhamento por nutricionista e psicólogo;
- Ter alojamentos dentro das especificações;
- E outros itens que proporcionam bem-estar aos atletas em formação.

Futebol Feminino

A fim de atender ao novo regulamento da CBF e também da Conmebol - que prevê que, a partir de 2019, os clubes que não possuem equipe feminina não poderão disputar determinadas competições do futebol masculino - a Associação Chapecoense de Futebol firmou um convênio com a ADELL. Através da parceria, o clube instituiu no seu quadro a modalidade de futebol feminino profissional. Inicialmente, a parceria se deu em forma de patrocínio e autorização do uso e da exploração da marca da Chapecoense pela ADELL.

Projeto “Craque Cidadão Verde e Branco”

No que diz respeito à responsabilidade social, a Associação Chapecoense de Futebol desenvolve o projeto Craque Cidadão Verde e Branco. A iniciativa diz respeito à um processo, vinculado à Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), que estabelece que pessoas físicas podem deduzir até 6% do valor do imposto de renda de doações ou patrocínios que apoiem diretamente projetos desportivos e paradesportivos e, da mesma forma, 1% para pessoa jurídica. Este projeto alinha a vinculação do esporte na sociedade em que está inserido, de modo que cerca de 100 jovens entre 14 e 19 anos, que integram as categorias sub-15, sub-17 e sub-20 do clube, poderão ser beneficiado através do projeto, tendo garantidas as oportunidades da prática desportiva regular, bem como a participação em competições organizadas pela Federação Catarinense de Futebol (FCF).

Certificado de Clube Formador

Com o selo de clube formador, concedido pela Confederação Brasileira de Futebol, a Chapecoense confirma a aptidão e a excelência - considerando todos os requisitos legais nas categorias de base - para a formação de novos atletas.

Para conseguir o selo, a Chape teve que preencher a vários requisitos. Entre eles:

- Apresentar relação de técnicos e preparadores físicos das categorias de base, com habilitação para o exercício da função;
- Comprovar a participação em competições oficiais das categorias;
- Apresentar um programa de treinamento compatível com a faixa etária em horários também compatíveis com a atividade escolar dos atletas;
- Manter controle sobre frequência e aproveitamento escolar dos atletas;
- Proporcionar assistência médica e odontológica;
- Garantir o acompanhamento por nutricionista e psicólogo;
- Ter alojamentos dentro das especificações;
- E outros itens que proporcionam bem-estar aos atletas em formação.

Futebol Feminino

A fim de atender ao novo regulamento da CBF e também da Conmebol - que prevê que, a partir de 2019, os clubes que não possuírem equipe feminina não poderão disputar determinadas competições do futebol masculino - a Associação Chapecoense de Futebol firmou um convênio com a ADELL. Através da parceria, o clube instituiu no seu quadro a modalidade de futebol feminino profissional. Inicialmente, a parceria se deu em forma de patrocínio e autorização do uso e da exploração da marca da Chapecoense pela ADELL.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2.018	2.017	2.018	2.017
CIRCULANTE		28.389.622	67.864.225	28.607.715	68.272.425
Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 05	1.867.103	8.340.897	6.039.761	30.823.720
Contas a Receber de Patrocínio	Nota 06	21.663.257	35.444.614	21.663.257	35.444.614
Outras Contas a Receber	Nota 07	60.673	1.392.213	60.673	1.392.213
Impostos a Recuperar		11.629	5.117	11.629	5.117
Adiantamentos	Nota 08	302.603	254.409	302.603	254.409
Empréstimos a Terceiros	Nota 09	3.954.565	22.074.623	-	-
Despesas do Exercício Seguinte	Nota 10	364.994	27.359	364.994	27.359
Estoque		164.798	324.993	164.798	324.993
NÃO CIRCULANTE		19.997.194	17.292.311	19.997.194	17.292.311
Despesas do Exercício Seguinte	Nota 10	921.600	-	921.600	-
Investimentos	Nota 11	109.042	87.686	109.042	87.686
Imobilizado	Nota 12	6.256.359	5.674.366	6.256.359	5.674.366
Intangível	Nota 13	12.710.192	11.530.259	12.710.192	11.530.259
TOTAL DO ATIVO		48.386.816	85.156.536	48.604.909	85.564.736

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

Passivo (a descoberto) e Patrimônio Social

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2.018	2.017	2.018	2.017
CIRCULANTE		45.661.521	52.210.059	45.661.521	52.214.895
Fornecedores	Nota 14	4.105.509	5.442.924	4.105.509	5.442.924
Obrigações Sociais	Nota 15	5.926.130	3.715.828	5.926.130	3.715.828
Obrigações Tributárias	Nota 16	1.711.017	1.931.122	1.711.017	1.935.958
Contrato de Concessão de Direitos	Nota 06	22.109.864	36.262.653	22.109.864	36.262.653
Outras Obrigações	Nota 17	11.809.001	4.857.532	11.809.001	4.857.532
NÃO CIRCULANTE		26.434.589	17.850.065	26.434.589	17.850.065
Obrigações Tributárias	Nota 16	618.697	739.928	618.697	739.928
Receitas a Apropriar	Nota 06	7.035.000	8.100.000	7.035.000	8.100.000
Outras Obrigações	Nota 17	4.493.392	-	4.493.392	-
Provisão p/ Contingências	Nota 18	14.287.500	9.010.137	14.287.500	9.010.137
PATRIMÔNIO SOCIAL		(23.709.294)	15.096.413	(23.490.201)	15.499.776
Reservas de Contingências	Nota 19	-	9.266.359	-	9.266.359
Superávit/Déficit Acumulado	Nota 19	(23.709.294)	5.830.054	(23.491.701)	6.232.917
Cotas de Associação		-	-	500	500
TOTAL DO PASSIVO (A DESCOBERTO) E PATRIMÔNIO SOCIAL		48.386.816	85.156.536	48.605.909	85.564.736

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT / (DÉFICIT)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Notas</u>	<u>2.018</u>	<u>2.017</u>	<u>2.018</u>	<u>2.017</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota 20	75.129.780	94.545.361	75.129.780	94.545.361
DESPESAS OPERACIONAIS		(96.634.643)	(84.974.675)	(97.104.585)	(85.031.415)
Despesa com Pessoal	Nota 21	(55.960.166)	(48.592.556)	(55.960.166)	(48.592.556)
Despesa com Materiais		(601.432)	(675.831)	(601.432)	(675.831)
Despesa com Manutenção	Nota 22	(1.216.323)	(1.443.115)	(1.216.323)	(1.443.115)
Gastos com Jogos e Competições	Nota 23	(7.911.862)	(10.420.885)	(7.911.862)	(10.420.885)
Serviços Terceiros	Nota 24	(10.557.099)	(6.819.750)	(10.557.099)	(6.819.750)
Depreciação e Bens Pq Valor		(742.702)	(575.004)	(742.702)	(575.004)
Direito de Imagem	Nota 25	(15.860.022)	(12.359.605)	(15.860.022)	(12.359.605)
Gerais e Administrativas	Nota 26	(2.877.981)	(3.145.019)	(2.877.981)	(3.145.019)
Despesas Tributárias		(907.057)	(942.911)	(1.376.999)	(999.651)
SUPERAVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS		(21.504.863)	9.570.686	(21.974.805)	9.513.946
RESULTADO FINANCEIRO		748.388	2.910.458	1.033.061	3.370.061
Receita Financeira	Nota 27	919.590	3.117.933	1.205.374	3.578.161
Despesa Financeira	Nota 27	(171.201)	(207.475)	(172.314)	(208.100)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS		(17.720.024)	(7.648.882)	(17.720.024)	(7.648.882)
Outras Receitas Operacionais	Nota 28	1.626.097	3.307.193	1.626.097	3.307.193
Outras Despesas Operacionais	Nota 28	(19.346.121)	(10.956.076)	(19.346.121)	(10.956.076)
SUPERAVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		(38.476.499)	4.832.261	(38.661.769)	5.235.124

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (CONTROLADORA)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

	Reserva de Contingências	Superávit/déficit acumulado	Patrimônio Social
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.400.550	4.740.211	10.140.761
Ajuste de exercícios anteriores	-	123.390	123.390
Superávit do exercício	-	4.832.261	4.832.261
Reserva de Contingências	3.865.809	(3.865.809)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.266.359	5.830.054	15.096.412
Ajuste de exercícios anteriores	-	(329.207)	(329.207)
Déficit do exercício	-	(38.476.499)	(38.476.499)
Absorção de Reserva de Contingências	(9.266.359)	9.266.359	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(23.709.294)	(23.709.294)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (CONSOLIDADO)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

	Reserva de Contingências	Superávit/déficit acumulado	Patrimônio Social
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.400.550	4.740.211	10.140.761
Ajuste de exercícios anteriores	-	123.390	123.390
Integralização de Capital	-	500	500
Superávit do exercício	-	5.235.124	5.235.124
Reserva de Contingências	3.865.809	(3.865.809)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.266.359	6.233.417	15.499.775
Ajuste de exercícios anteriores	-	(329.207)	(329.207)
Déficit do exercício	-	(38.661.769)	(38.661.769)
Absorção de Reserva de Contingências	(9.266.359)	9.266.359	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(23.491.201)	(23.491.201)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

DESCRIÇÃO	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Superávit (Déficit) do Período	(38.476.499)	4.832.261	(38.661.769)	5.235.124
Outros Resultados Abrangentes	(329.207)	123.390	(329.207)	123.390
Resultado Abrangente Total	(38.805.706)	4.955.651	(38.990.976)	5.358.514

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Superávit (Déficit) do exercício	(38.476.499)	4.832.261	(38.661.769)	5.235.124
AJUSTES PARA CONCILIAR O SUPERÁVIT (DEFICIT) AO CAIXA				
Ajuste de exercícios anteriores	(329.207)	123.390	(329.207)	123.390
Depreciação de Imobilizado	713.638	571.903	713.638	571.903
Amortização do Intangível	8.263.645	9.856.522	8.263.645	6.964.569
Juros s/ Empréstimos	(758.518)	(941.394)	-	-
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	5.277.363	4.830.137	5.277.363	4.830.137
TOTAL DE AJUSTES AO SUPERÁVIT	13.166.921	14.540.558	13.925.439	12.489.999
RESULTADO AJUSTADO	(25.309.578)	19.372.819	(24.736.330)	17.725.123
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Contas a Receber de Patrocínios	13.781.357	(5.788.797)	13.781.357	(5.788.797)
Outras Contas a Receber	1.331.540	12.064.180	1.331.540	12.064.180
Impostos a Recuperar	(6.512)	11.253	(6.512)	11.253
Adiantamentos	(48.194)	(27.964)	(48.194)	(27.964)
Despesas do Exercício Seguinte	(1.259.235)	(27.359)	(1.259.235)	(27.359)
Estoques	160.195	(243.861)	160.195	(243.861)
	13.959.151	5.987.452	13.959.151	5.987.452
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	(1.337.415)	4.729.263	(1.337.415)	4.729.263
Obrigações Sociais	2.210.302	2.766.115	2.210.302	2.766.115
Obrigações Tributárias	(341.336)	984.012	(346.173)	988.849
Contrato de Concessão de Direitos	(14.152.789)	6.089.985	(14.152.789)	6.089.985
Receitas a Apropriar	(1.065.000)	(1.350.000)	(1.065.000)	(1.350.000)
Outras Obrigações	11.444.861	(8.445.596)	11.444.861	(8.445.596)
	(3.241.377)	4.773.779	(3.246.214)	4.778.616
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(14.591.804)	30.134.050	(14.023.393)	28.491.191

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

ATIVIDADE DE INVESTIMENTO

Aquisição de Investimentos	(148.356)	(17.117)	(148.356)	(17.117)
Aquisição de Imobilizado	(1.295.632)	(1.510.212)	(1.295.632)	(1.510.212)
Aquisição de Intangível	(271.624)	(17.585)	(271.624)	(17.584)
Aquisição Intangível - Investimento em Atletas	(9.171.954)	(17.465.973)	(9.171.954)	(14.474.021)
Alienação de bens do ativo permanente	127.000	25.135	127.000	25.135
Empréstimo a Terceiros	18.878.576	(21.133.229)	-	-
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	8.118.010	(40.118.981)	(10.760.566)	(15.993.799)

ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO

Integralização de Capital Social	-	-	-	500
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-	500
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(6.473.794)	(9.984.931)	(24.783.959)	12.497.892
Caixa e equivalentes no início do exercício	8.340.897	18.325.828	30.823.720	18.325.828
Caixa e equivalentes no final do exercício	1.867.103	8.340.897	6.039.761	30.823.720
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(6.473.794)	(9.984.931)	(24.783.959)	12.497.892

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL DEMONSTRAÇÃO DO VALOR AGREGADO (DVA) EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
RECEITAS	80.049.939	99.800.282	80.049.939	99.800.282
Receitas de Atividade Futebol	80.079.768	99.801.712	80.079.768	99.801.712
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(29.829)	(1.430)	(29.829)	(1.430)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(76.615.328)	(69.258.560)	(76.615.328)	(69.258.560)
Custo Departamento de Futebol/Base/Adm	(76.483.520)	(69.233.425)	(76.483.520)	(69.233.425)
Perda / Recuperação de Valores Ativos	(131.808)	(25.135)	(131.808)	(25.135)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	3.434.611	30.541.723	3.434.611	30.541.723
RETENÇÕES	(733.489)	(573.903)	(733.489)	(573.903)
Depreciação / Amortização	(733.489)	(573.903)	(733.489)	(573.903)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.701.122	29.967.819	2.701.122	29.967.819
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.545.686	6.425.126	2.831.471	6.885.354
Receitas Financeiras	919.590	3.117.933	1.205.374	3.578.161
Outras Receitas	1.626.097	3.307.193	1.626.097	3.307.193
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	5.246.808	36.392.945	5.532.593	36.853.174
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(5.246.808)	(36.392.945)	(5.532.593)	(36.853.173)
PESSOAL	(35.974.865)	(23.724.573)	(35.974.865)	(23.724.573)
Remuneração Direta	(33.294.240)	(22.078.499)	(33.294.240)	(22.078.499)
Benefícios	(15.309)	(41.192)	(15.309)	(41.192)
FGTS	(2.665.316)	(1.604.881)	(2.665.316)	(1.604.881)
IMPOSTOS / TAXAS / CONTRIBUIÇÕES	(7.293.467)	(7.370.334)	(7.763.409)	(7.427.074)
Tributos Federais	(7.279.006)	(7.277.420)	(7.748.948)	(7.334.160)
Tributos Estaduais	(13.909)	(88.664)	(13.909)	(88.664)
Tributos Municipais	(552)	(4.250)	(552)	(4.250)
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS	(454.976)	(465.777)	(456.088)	(466.402)
Encargos Financeiros	(171.201)	(207.475)	(172.314)	(208.100)
Aluguéis	(283.774)	(258.302)	(283.774)	(258.302)
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO	38.476.500	(4.832.261)	38.661.769	(5.235.124)
Constituição de Reserva de Contingências	9.266.359	(3.865.809)	9.266.359	(3.865.809)
Superavit / Deficit do Exercício	29.210.141	(966.452)	29.395.410	(1.369.315)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. Contexto Operacional

Associação Chapecoense de Futebol (Controladora), entidade sem fins lucrativos, fundada em 10 de maio de 1973 por prazo indeterminado, mais conhecida como Chapecoense ou simplesmente "Chape" e cujo acrônimo é ACF, é um clube de futebol brasileiro, sediado na cidade de Chapecó, na Rua Clevelandia, 656-E, Centro no Estado de Santa Catarina.

A Associação tem por finalidade:

- > Praticar, em caráter profissional e não profissional, o futebol;
- > Praticar e dirigir ou incentivar, em caráter não profissional, toda a atividade esportiva com finalidade competitiva, olímpica ou não, exercitada segundo regras pré-estabelecidas, bem como formar atletas para estas modalidades;
- > Proporcionar aos sócios, dentro de suas possibilidades, reuniões em caráter esportivo, social, cultural ou cívico.

A Associação tem personalidade jurídica e patrimônio próprio, formado por:

- > **Patrimônio Econômico:** todos os bens móveis e imóveis, numerários, aplicações financeiras, instalações, equipamentos, doações, prêmios, sítios eletrônicos e marcas, além dos símbolos (bandeira, flâmula, hino, distintivo, uniforme e mascote);
- > **Patrimônio Histórico:** composto por acervo de todas as conquistas nos campos desportivo e social, inclusive troféus, bem como tudo o que diga respeito as histórias dos clubes de origem e as conquistas que venham a ser alcançadas.

A Associação Chapecoense de Futebol é regida por seu Estatuto Social, por seus Regulamentos e legislação aplicável, tendo como poderes:

- a) A Assembleia Geral;
- b) O Conselho Deliberativo;
- c) O Conselho Consultivo;
- d) O Conselho Fiscal;
- e) O Conselho Administrativo;
- f) O Conselho Gestor

Controlada - Associação ForçaChape Reconstrução (AFCR)

Durante o exercício de 2017 a ACF efetuou empréstimos financeiros para manutenção da atividade da entidade recém constituída **Associação ForçaChape Reconstrução (AFCR)**, o estatuto estabelece que esta associação, será administrada pela mesma diretoria da ACF (Conselho de Administração e Conselho Fiscal), e que no caso de extinção da entidade, o patrimônio será destinado a Associação Chapecoense de Futebol (ACF), por estes motivos e com base no Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e principalmente pela Influência Significativa entre ACF e AFRCR, foi aplicada as demonstrações consolidadas nas operações entre as duas associações que tem gestão comum.

Instituidor da Fundação Vidas

Em 10/12/2018 a ACF – Associação Chapecoense de Futebol, foi instituidor da Fundação Vidas, apresentando a dotação inicial devidamente registrada em escritura pública de um imóvel (sala comercial em Chapecó-SC), no valor de R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais) onde funcionará a sede da entidade e de 44 (quarenta e quatro) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais) para constituição e manutenção da entidade sem fins lucrativos com objetivo de prestar apoio humanitário as 64 vítimas brasileiras do acidente aéreo da LaMia 2933.

Plano de Continuidade Operacional

Devido aos grandes desafios enfrentados em 2018, como montagem de novo elenco, avaliação e contratação de jogadores antes emprestados por outros clubes, se manter competitivo em competições nacionais e internacionais e principalmente se manter entre os clubes da série "A", o que culminou no Déficit no exercício, a administração precisou se estruturar elaborando um plano de continuidade operacional em que destacamos os seguintes pontos:

1. Contratação da Fundação Dom Cabral para auxiliar no planejamento estratégico do clube;
2. Investimento em Novo Sistema ERP – Sênior para auxiliar no controle orçamentário, controle de alçadas e gestão de contratos comerciais;
3. Contratação da Consultoria Especializada da KPMG para mapeamento dos principais riscos das atividades do clube;
4. Contratação do Consultor Estratégico do Futebol – José Carlos Brunoro, com foco na avaliação de elenco, otimização de recursos humanos e melhoria de rendimento esportivo.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Demonstrações Financeiras Individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC Nº 1.429, de 25 de janeiro de 2013. Aprovou a ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2016, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, uma vez que as normas internacionais passaram a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações separadas da companhia (controlada).

Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. A Controladora adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo International Accounting Standards Board e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade específicas para entidades desportivas que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas.

As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas para a emissão pelo Conselho Deliberativo em 15 de abril de 2019, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

4. Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando aplicável para a mensuração de ativos ao valor justo. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Controladora e Consolidado.

As principais práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

4.1. Consolidação

Em 19/12/2016 foi constituída a entidade civil, sem fins lucrativos denominada Associação ForçaChape Reconstrução (AFCR) – “Controlada”, de prazo indeterminado e com sede e foro na cidade de Chapecó-SC, na Rua Clevelândia, 656E, esta entidade tem por finalidade a captação de recursos, através de doações, ajuda financeira, econômica, de bens, podendo receber empréstimos financeiros, entre outras forma amplas para atingir sua finalidade da reconstrução da Associação Chapecoense de Futebol (ACF) – “Controladora”, em função da tragédia em Medellín-Colômbia, ocorrida em 28/11/2016. Por existir mesma administração na gestão das associações (Influência Significativa), conforme prevê o CPC 18, está sendo considerada para fins de demonstração uma entidade controlada da ACF.

Controlada é a entidade na qual a Controladora detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Controladora deixa de ter o controle.

A Associação Chapecoense de Futebol (Controladora) consolida integralmente as demonstrações financeiras da Associação ForçaChape Reconstrução (Controlada). As transações e saldos entre a Controladora e Controlada são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminadas. As políticas contábeis da Controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Controladora.

A consolidação se deve a Influência significativa que é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas visto que em 2017 houve repasse financeiros (Empréstimos) entre as entidades, para fins de demonstrações financeiras, a ACF- Associação Chapecoense de Futebol (Controladora) e a Associação ForçaChape Reconstrução (Controlada) em 31 de dezembro de 2018, estão assim apresentadas:

Controlada Direta	Participação %	
	2.018	2.017
Associação ForçaChape Reconstrução	100%	100%

4.2. Moeda Funcional e Conversão em Moeda Estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para reais, exceto quando indicado de outra forma. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e de conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período, conforme regime de competência.

Basicamente, esses saldos são originados em transações realizadas por aquisição e/ou vendas de atletas para o exterior.

4.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Contemplam numerário em caixa, saldo em bancos e investimentos de liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e possui liquidez imediata.

4.4. Contas a Receber

Estão apresentados a valores de realização, sendo que as contas a receber de cliente no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras.

Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação esteja considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada clube com parcelas em atraso.

As contas a receber correspondem aos direitos a receber oriundos de contratos de televisão, publicidade, patrocínios, negociação de atletas e contratos de licenciamentos.

Inclui os valores de cessões de direitos federativos e econômicos de atletas realizadas pelo clube, atualizados com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras, quando aplicável.

4.5. Ativo Imobilizado

A Associação Chapecoense de Futebol não possui imóveis próprios, utilizando para os jogos na cidade o Estádio denominado Arena Índio Conda que pertence a Prefeitura de Chapeco o Centro de Treinamento pertence a terceiro também onde o clube possui contrato de comodato de utilização por 20 anos contados a partir de novembro de 2011.

Máquinas e equipamentos, instalações, móveis e utensílios, imobilizações em andamento e outros ativos imobilizados são avaliados ao custo histórico deduzido da respectiva depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens.

A vida útil econômica dos bens é revisada periodicamente com o objetivo de adequar as taxas anuais de depreciação, abaixo demonstramos as taxas praticadas no exercício:

Grupo	Taxa Depreciação
Benfeitorias em Bens de Terceiros CT	05% a.a.
Benfeitorias em Bens de Terceiros Estádio	10% a.a.
Instalações Comerciais	20% a.a.
Maquinas e Equipamentos	10% a.a.
Micros e Periféricos	20% a.a.
Moveis e Utensílios	10% a.a.
Veículos	20% a.a.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisadas e ajustadas, se apropriado ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

4.6. Intangível

Contratação e formação de atletas

Os valores gastos com a formação, contratação e renovação de contratos de atletas são registrados pelo custo de aquisição ou formação e amortizados pelo prazo previsto no contrato firmado entre o Clube e o atleta. No final de cada exercício o Clube avalia a possibilidade de recuperação econômica financeira do valor líquido contábil do custo de cada atleta registrado nesta conta, e, caso existam evidências de irrecuperabilidade do custo, o valor é baixado em conta específica do resultado.

Direito de uso de imagem

Os contratos de direito de imagem de atletas autorizam o clube a fazer uso dos direitos sobre o nome, apelido desportivo, voz e imagem do atleta profissional de futebol em campanhas publicitárias e eventos de interesse do clube. O registro ocorre no momento da celebração do compromisso, sendo a parcela ativa amortizada de acordo com o prazo da vigência do compromisso e a parcela passiva de acordo com o cronograma financeiro estabelecido entre as partes.

4.7. Fornecedores

Os saldos a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante.

4.8. Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 9.580/2018, e o artigo 195 da Constituição Federal.

b) Programa de Integração Social (PIS)

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

c) Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

O Clube está recolhendo a quota patronal à alíquota de 4,5%, incidente sobre a folha de pagamento.

d) Impostos sobre receitas do clube

As receitas operacionais do clube estão sujeitas ao INSS Seguridade Social (5%). As demais receitas, tais como as receitas financeiras podem ter tributação de COFINS (4% a 7,6%) e IRRF (15% a 22,5%).

4.9. Provisões

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação.

4.10. Provisões para Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração do clube e seus assessores jurídicos.

4.11. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

4.12. Reconhecimento da Receita

a) Receita com direito de transmissão de jogos

As receitas com direito de transmissão de jogos são contabilizadas com base nos contratos celebrados com as empresas de mídia detentoras desses direitos e reconhecidos em conformidade com a competência dos eventos vinculados a esses contratos.

b) Receitas com repasses de direitos federativos

São contabilizadas no momento em que os contratos são assinados e/ou os direitos federativos são transferidos ao outro clube.

c) Receita com mecanismo de solidariedade

Decorrente do recebimento de um percentual destinado de todos os valores pagos pelas transferências internacionais dos atletas aos clubes que participaram de sua formação, conforme previsto no artigo 21 no Regulamento de Transferências da FIFA com o intuito de beneficiar os clubes formadores e de compensá-los financeiramente.

d) Receitas com publicidade e patrocínio

As receitas operacionais do clube estão sujeitas ao INSS Seguridade Social (5%). As demais receitas, tais como as receitas financeiras podem ter tributação de COFINS (4% a 7,6%) e IRRF (15% a 22,5%).

e) Receitas de licenciamentos de produtos (Royalties)

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de caixa, de acordo com a metodologia e taxas percentuais definidas nos contratos celebrados com os franqueados.

f) Receita a Apropriar (Realizar)

As receitas recebidas antecipadamente, são registradas no passivo circulante e no passivo não circulante de acordo com o prazo de realização da receita.

Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza de sua realização.

Receitas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas "pro rata die" com base no método da taxa de juros efetiva.

4.13. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o clube faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

a) Provisão para crédito de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em julgamento do clube sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber de clientes.

b) Provisão para contingências: A Administração do clube, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

4.14. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações contábeis do clube são divulgadas abaixo. O clube pretende adotar essas normas quando elas entrarem em vigor.

ITG – 2003 Entidade Desportiva Profissional: Em 7 de dezembro de 2017, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC emitiu a ITG - 2003 (R1), que substitui a ITG – 2003 (Vigência 01/01/2018)

As principais alterações dessa ITG referem-se a:

- a) Os valores relativos aos direitos de imagem não compõem o ativo intangível devendo ser lançados no resultado do exercício em contrapartida ao passivo que lhe deu origem;
- b) Os gastos com candidato a atleta devem ser reconhecidos no resultado, enquanto não apresentar as condições para o reconhecimento como ativo intangível;
- c) Os valores classificados no ativo intangível relativos aos custos com a formação de atletas devem ser reclassificados para a conta atletas formados, no mesmo grupo do intangível, quando o atleta alcançar a formação pretendida pela administração;
- d) No caso de contrato de cessão onerosa de direitos de transmissão e exibição de jogos com previsão de recebimento de parte do valor do contrato a título de luva, prêmio ou outra denominação congênere, mesmo que seja sem qualquer obrigação de performance explícita, o contrato deve ser analisado como um todo e a receita deve ser reconhecida de acordo com o regime da competência, nos termos dos itens B48 a B51 da NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente.
- e) Não é mais requerida a nota explicativa nos casos de receitas obtidas, por atleta, e os seus correspondentes gastos com a negociação e a liberação, que deveriam ser divulgados os percentuais de participação do clube na negociação;

4.15. Novas Normas Contábeis ainda não adotadas

A seguinte norma foi emitida pelo IASB em 2018 com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 16 / CPC 06-R2 - “Operações de Arrendamento Mercantil”: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019

e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

Esta norma é obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A administração pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da Entidade estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. Não há outras normas IFRS/CPCs ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

4.16. Derivativos

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações contábeis do clube são divulgadas abaixo. O clube pretende adotar essas normas quando elas entrarem em vigor.

O Clube reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

Classificação e Mensuração

Os ativos financeiros estão classificados na categoria "empréstimos e recebíveis" e são representados principalmente por:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa;
- (ii) Contas a receber;
- (iii) Adiantamentos.

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são mensurados inicialmente pelo custo da operação (incluindo os custos de transação) e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio do resultado e as variações desse ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros básicos não derivativos são representados principalmente por:

- (i) Fornecedores;
- (ii) Instituições financeiras;
- (iii) Obrigações trabalhistas e tributárias, e
- (iv) Direitos de imagem a pagar.

O Clube reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que foram originados e baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, se aplicável.

Operações de instrumentos financeiros derivativos

O Clube não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e tampouco com propósito de especulação.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Numerário	44.941	387.369	45.441	387.869
Banco	600.546	177.588	600.546	177.680
Aplicações Financeiras (a)	1.221.616	7.775.940	5.393.774	30.258.171
TOTAL	1.867.103	8.340.897	6.039.761	30.823.720

(a) Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e possui liquidez imediata.

6. Contas a Receber de Patrocínio

Composto por:

Ativo

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Contrato de Publicidade - Placas	132.189	77.358	132.189	77.358
Royalties/Marca	601.287	391.288	601.287	391.288
Contrato de Patrocínio Uniforme	902.500	6.169.968	902.500	6.169.968
Contrato de Transmissão - TV	20.027.281	28.806.000	20.027.281	28.806.000
Total Contas a Receber	21.663.257	35.444.614	21.663.257	35.444.614

Classificação Vcto	2018	2017
A Vencer	21.435.976	34.830.614
Vencidos até 30 dias	227.281	614.000
TOTALIZADOR	21.663.257	35.444.614

Os contratos de patrocínio são registrados nas contas de ativo pelo valor a receber do patrocinador e em contrapartida no passivo para reconhecer a obrigação de divulgação.

Abaixo demonstramos a obrigação vinculada a estes valores a receber:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Royalties/Marca	284.072	360.000	284.072	360.000
Contrato de Locação - Espaço Publicitário	126.903	36.403	126.903	36.403
Contrato de Transmissão - TV	19.800.000	34.366.250	19.800.000	34.366.250
Contrato de Patrocínio Uniforme	548.889	-	548.889	-
Receitas a Apropriar - Luvas	1.350.000	1.500.000	1.350.000	1.500.000
Circulante	22.109.864	36.262.653	22.109.864	36.262.653
Contrato de Patrocínio Uniforme	285.000	-	285.000	-
Receitas a Apropriar - Luvas	6.750.000	8.100.000	6.750.000	8.100.000
Não Circulante	7.035.000	8.100.000	7.035.000	8.100.000
Total Contas a Pagar	29.144.864	44.362.653	29.144.864	44.362.653

(a) Contratos de Transmissão – TV: As receitas com direito de transmissão de jogos são contabilizadas com base nos contratos celebrados com as empresas de mídia detentoras desses direitos e reconhecidas em conformidade com a competência dos eventos vinculados a esses contratos. Neste caso tivemos contratos assinados em 2016 e 2017 e com vigência para exercícios seguintes. Está reconhecida somente a parte fixa do contrato.

(b) Receitas a Apropriar – Luvas: Luvas são prêmios recebidos pela assinatura de contratos, a maior parte de contratos cuja vigência se dará no futuro, portanto, não são receitas pertencentes ao exercício onde se deu a assinatura. O valor recebido foi contabilizado no Passivo, rubrica "Receitas a Apropriar", sendo reconhecida no resultado no decorrer da vigência dos contratos (2017 a 2024), de acordo com os itens 10 e 11 da ITG 2003.

Provisão para Perdas com Recebimento de Créditos

A Provisão para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosas são reconhecidas com base na estimativa de recebimento da administração, não apresentando no corrente ano valores considerados insolventes.

7. Outras Contas a Receber

Composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Crédito Venda de Jogador	-	1.003.686	-	1.003.686
Crédito Cartão	10.568	86.784	10.568	86.784
Clientes Sócios Torcedores	50.105	301.291	50.105	301.291
Cheques em Cobrança	-	452	-	452
Total	60.673	1.392.213	60.673	1.392.213

8. Adiantamentos

Composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Adiantamento a Fornecedores	25.759	142.291	25.759	142.291
Adiantamento a Funcionários	38.410	4.749	38.410	4.749
Adiantamento de Ferias	110.193	88.328	110.193	88.328
Adto IRRF Férias	7.064	18.801	7.064	18.801
Depósitos Judiciais	14.696	-	14.696	-
Adto a Terceiros	106.481	240	106.481	240
Total	302.603	254.409	302.603	254.409

9. Empréstimos a Terceiros – Partes Relacionadas

Em 2017 foi gerado empréstimos para a recém constituída Associação ForçaChape Reconstrução (AFCR) – “Controlada”, esta entidade tem por finalidade a captação de recursos, através de doações, ajuda financeira, econômica, de bens, podendo receber empréstimos financeiros, entre outras formas amplas para atingir sua finalidade da reconstrução da Associação Chapecoense de Futebol (ACF) – “Controladora”, em função da tragédia em Medellin-Colombia, ocorrida em 28/11/2016. Por existir mesma administração na gestão das associações (Influência Significativa), conforme prevê o CPC 18, está sendo considerada para fins de demonstração uma entidade controlada da ACF. A movimentação desta operação está assim demonstrada:

- > Valor Emprestado em 2017: R\$ 21.133.229
- > Taxa: Remuneração dos Depósitos de Poupança (TR + 0,5% a.m)
- > Rendimentos em 2018: R\$ 758.518
- > Valor Pago em 2018: R\$ 18.878.576
- > Valor Atualizado em 31/12/2018: R\$ 3.954.565

10. Despesas dos Exercícios Seguintes

Composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Dotação Fundação Vidas	345.600	-	345.600	-
Seguros	19.394	27.359	19.394	27.359
Circulante	364.994	27.359	364.994	27.359
Dotação Fundação Vidas	921.600	-	921.600	-
Não Circulante	921.600	-	921.600	-
Total	1.286.594	27.359	1.286.594	27.359

Em 10/12/2018 a ACF – Associação Chapecoense de Futebol, foi instituidor da Fundação Vidas, apresentando a dotação inicial devidamente registrada em escritura pública de um imóvel (sala comercial em Chapecó-SC), no valor de R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais) onde funcionará a sede da entidade e de 44 (quarenta e quatro) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais) para constituição e manutenção da entidade sem fins lucrativos com objetivo de prestar apoio humanitário as 64 vítimas brasileiras do acidente aéreo da LaMia 2933. Conforme o regime da competência as despesas serão apropriadas ao resultado pelo efetivo cumprimento da obrigação, os pagamentos mensais, desta forma existe o reconhecimento da obrigação no passivo em Outras Obrigações.

11. Investimento

Composto por:

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
C.C.L.A.A. da Região da Produção - SICREDI	13.202	4.702	13.202	4.702
SICOOB	29.624	23.779	29.624	23.779
TRANSPOCRED	66.216	59.205	66.216	59.205
Total	109.042	87.686	109.042	87.686

12. Investimento

Os ativos imobilizado estão compostos da seguinte forma:

Controladora / Consolidado						
Movimentação em 2018						
Descrição	% Deprec.	31/12/2018 Valor Líquido	Adições	Baixas	Depreciação/ Amortização	31/12/2017 Valor Líquido
Benefitorias em Bens de Terceiros ADM	5%	-			(4.897)	4.897
Benefitorias em Bens de Terceiros CT	5%	883.806			(51.750)	935.556
Benefitorias em Bens de Terceiros Estádio	10%	2.884.987	803.227		(272.988)	2.354.749
Instalações Comerciais	20%	1.794			(5.472)	7.266
Maquinas e Equipamentos	10%	1.462.851	239.775		(191.836)	1.414.912
Equipamentos de Informática	20%	58.036	17.044		(19.864)	60.856
Móveis e Utensílios	10%	710.220	86.586		(95.765)	719.399
Veículos	20%	254.665	149.000		(71.066)	176.731
Total Imobilizado		6.256.359	1.295.632	-	(713.638)	5.674.366

Benfeitorias em imóveis de 3ºs

A Associação Chapecoense de Futebol não possui imóveis próprios, utilizando imóveis alugados e/ou arrendados para a administração e os jogos na cidade. Conforme prevê a legislação as benfeitorias efetuadas nestes locais são amortizados conforme o tempo de cada contrato.

Análise do valor recuperável e revisão da vida útil remanescente dos ativos

Em 2016 e 2017 o Clube analisou a capacidade de recuperação de seus ativos e não identificou indicativos de perda que tivesse que estimar o seu valor recuperável e perdas envolvidas.

Em 2016 foi realizada a revisão dos prazos de vida útil remanescente dos ativos para apuração das taxas de depreciação, cujos efeitos mais significativos foram registrados prospectivamente em conta de resultado daquele exercício.

Para o exercício de 2018, a administração avaliou as taxas de depreciação atualmente adotadas e não identificou alterações significativas a serem feitas em função do tempo de vida útil estimado para os bens que se encontram em operação.

Bens oferecidos em garantia

O Clube não possui bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia às operações de empréstimos ou quaisquer outras obrigações existentes.

13. Intangível

Os ativos intangíveis estão compostos da seguinte forma:

Intangível	Controladora/Consolidado	
	2.018	2.017
Direito de Uso de Sistemas	262.067	14.764
Marcas e Patentes	22.054	17.584
Atletas profissionais formados (a)	6.756.703	7.324.464
Atletas em formação (b)	5.669.368	4.173.447
Total	12.710.192	11.530.259

(a) Atletas Profissionais Formados: O Clube registra nas rubricas de atletas profissionais formados os gastos com contratações de atletas no mercado ou profissionalizados oriundos das categorias de base, estando os contratos em vigor ao final do exercício, representados pelos saldos líquidos das amortizações calculadas com base no prazo contratual.

(b) Atletas em Formação: Na rubrica de atletas em formação, o saldo corresponde aos gastos incorridos na formação de atletas das categorias de base, havendo avaliação permanente das comissões técnicas sobre o potencial de cada atleta para a continuidade do processo de formação ou respectiva dispensa.

Abaixo movimentação no exercício de 2018 entre todas as categorias do clube:

Controladora / Consolidado

Movimentação	31/12/2018				31/12/2017
	Saldo Final	Adições	Transf.	Amort/Baixas	Saldo Final
Direito de Uso de Sistemas	262.067	267.154		(19.851)	14.764
Marcas e Patentes	22.054	4.470			17.584
Atletas Profissionais Formados	6.756.703	4.148.000	1.080.104	(5.795.865)	7.324.464
Atletas em Formação	5.669.368	5.023.954	(1.080.104)	(2.447.929)	4.173.447
Base Sub 20	444.069	524.819	(19.726)	(996.904)	935.880
Base Sub 17	2.328.837	1.853.586	(306.896)	(1.045.713)	1.827.860
Base Sub 15	2.812.518	2.561.605	(753.482)	(397.635)	1.402.030
Base Sub 13	83.944	83.944			-
Feminino	-			(7.677)	7.677
Total Intangível	12.710.192	9.443.578	-	(8.263.645)	11.530.259

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor as alterações aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que modificou a ITG 2003(R1) – Entidade Desportiva Profissional que dentre as modificações aprovadas, retirou a alínea que incluía, de forma expressa, o registro do Direito de Imagem no ativo intangível e readequou a forma de apresentar o controle de Direitos Econômicos sobre negociações com atletas vinculados a entidade, permitindo divulgação por categoria, segue abaixo o quadro de atletas da entidade:

Direitos Econômicos			
Percentual	Base	Profissional	Total
0%	40	3	43
até 30%	0	1	1
31% a 50%	0	1	1
51% a 80%	6	18	24
81% a 99%	0	0	0
100%	27	37	64
Total	73	60	133

14. Fornecedores

Composto por:

Controladora/Consolidado

Fornecedores	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
Negociação com Clubes - Atletas	1.060.000	4.760.000
Fornecedores Exterior	974.840	-
Outros Fornecedores	2.070.669	682.924
TOTAL	4.105.509	5.442.924

Vencimento de Títulos	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
Vencidos	1.456.038	-
Até 30 dias	1.994.056	1.857.924
Entre 31 e 60 dias	247.684	940.000
Entre 61 e 90 dias	187.468	990.000
Entre 91 e 120 dias	187.154	440.000
Entre 121 e 180 dias	12.309	555.000
Maior que 180 dias	20.800	660.000
TOTALIZADOR	4.105.509	5.442.924

15. Obrigações Sociais

Composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Salários e Ordenados	4.762.801	2.761.212	4.762.801	2.761.212
Provisão com Pessoal	511.286	553.262	511.286	553.262
Encargos Trabalhistas a Recolher	652.043	401.354	652.043	401.354
Total	5.926.130	3.715.828	5.926.130	3.715.828

16. Obrigações Tributárias

Composto por:

Tributo	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
COFINS (III)	2.447	40.163	2.447	45.000
FUNRURAL	19	29	19	29
INSS	12.209	5.608	12.209	5.607
IRRF	35.289	49.963	35.289	49.963
IRPJ (I)	-	434	-	434
IRRF Assalariado	1.388.492	1.407.230	1.388.492	1.407.230
ITCMD (IV)	4.073	134.744	4.073	134.744
ISS	393	152	393	152
PIS (II)	52.038	34.314	52.038	34.314
PIS/COFINS/CSRF	65.508	107.656	65.508	107.656
Parcelamentos Curto Prazo (V)	150.549	150.829	150.549	150.829
Total	1.711.017	1.931.122	1.711.017	1.935.958

(I) Programa para Integração Social (PIS): Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

(II) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

(III) ITCMD: O Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) é um imposto estadual devido por toda pessoa física ou jurídica mesmo sem fins lucrativos que receber doação. O imposto deve ser calculado e declarado pelo próprio sujeito passivo, que fica obrigado a antecipar o seu pagamento, sem prévio exame da autoridade administrativa. Fruto do desastre em 2016, houve diversas doações as quais tiveram seus reflexos tributários devidamente registrados pelo clube.

(IV) Entidade possui parcelamentos Ordinários e da Lei 12.996/2014, a saber:

Parcelamentos	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Ordinários FGTS (a)	237.719	266.832	237.719	266.832
Lei 12.996/2014 - INSS (b)	531.527	623.925	531.527	623.925
Total	769.246	890.757	769.246	890.757

Parcelamentos Circulante	150.549	150.829	150.549	150.829
---------------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------

Parcelamentos Não Circulante	618.697	739.928	618.697	739.928
-------------------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------

(a) A Chapecoense solicitou o parcelamento ordinário de FGTS em novembro de 2012 sobre as competências de setembro de 1995 a outubro de 2002 em 180 parcelas.

(b) A Chapecoense solicitou o parcelamento de débitos na modalidade Parcelamento de Débitos Previdenciários - RFB de que trata a Lei nº 12.996/2014 em 60 parcelas (remanescente 35 parcelas a pagar) o qual apresentou sua consolidação em 21/08/2014.

17. Outras Obrigações

Composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Reclamatórias Trabalhistas e Cíveis a Pagar	5.451.988	730.676	5.451.988	730.676
Repasse de Indenizações/Doações	450.967	1.379.271	450.967	1.379.271
Obrigações com Terceiros	1.808.911	554.997	1.808.911	554.997
Doação Projeto Incentivo ao Esporte	680.123	837.588	680.123	837.588
Premiações a Pagar	3.071.411	1.355.000	3.071.411	1.355.000
Fundação Vidas	345.600	-	345.600	-
Circulante	11.809.000	4.857.532	11.809.000	4.857.532

Reclamatórias Trabalhistas e Cíveis a Pagar	4.493.392	-	4.493.392	-
Fundação Vidas	921.600	-	921.600	-
Não Circulante	5.414.992	-	5.414.992	-

(a) Reclamatórias Trabalhistas a pagar: durante o ano de 2018 foram efetuados acordos sobre as indenizações do acidente aéreo, aos quais estão reconhecidos com os devidos valores conforme a regra de pagamento estabelecida, em sua maioria em 60 parcelas ou mais.

(b) Repasse de Indenizações / Doações: Valores recebidos em indenizações e/ou doações e repassados aos parentes de vítimas do acidente aéreo.

(c) Obrigações com Terceiros: Valor devidos sobre Mecanismo de Solidariedade e intermediação de atletas, repasse de ingressos e outras obrigações com terceiros.

(d) Doação Projeto Incentivo ao Esporte: A iniciativa trata-se de um processo vinculado a Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), que estabelece que pessoas físicas podem deduzir até 6% do valor do imposto de renda de doações ou patrocínios que apoiem diretamente projetos desportivos e paradesportivos e da mesma forma, 1% para pessoa jurídica. O projeto da Chapecoense "Craque Cidadão Verde e Branco" com SLIE 1509851-69 e Processo 58701.003514/2015-94 tem período previsto de 15 meses entre 01/10/17 e 31/12/18 com atendimento de 60 adolescentes. O projeto total prevê aplicação de recursos no seguinte montante R\$ 1.043.550.

(e) Premiações a Pagar: Recurso destinado a repasse de prêmios pela conquista de competições e/ou colocações do clube no cenário nacional e internacional, neste ano de 2018 tivemos a necessidade de melhorar a premiação para permanência na série A.

(f) Fundação Vidas: Em 10/12/2018 a ACF – Associação Chapecoense de Futebol, foi instituidor da Fundação Vidas, apresentando a dotação inicial devidamente registrada em escritura pública de um imóvel (sala comercial em Chapecó-SC), no valor de R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais) onde funcionará a sede da entidade e de 44 (quarenta e quatro) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais) para constituição e manutenção da entidade este valor está demonstrado conforme a regra de pagamento estabelecida na escritura.

18. Contingências Cíveis e Trabalhistas

O Clube possui passivos contingentes de naturezas cíveis e trabalhistas, relacionadas, substancialmente, a danos morais e materiais, indenizações pelo acidente aéreo de funcionários e não funcionários, pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, direitos de imagem e direito de arena.

As contingências cíveis e trabalhistas são reconhecidas nas obrigações presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Nas análises realizadas no universo das ações existentes, as mesmas foram classificadas com base na expectativa de perda da demanda (provável, possível e remota). Abaixo demonstramos o comportamento da quantidade de processos, o valor da causa e a estimativa financeira dada pelos assessores jurídicos e respaldado pela administração da entidade em 2018 e 2017:

Evolução Processual	2017	Valor da Causa			Estimativa Provisão
Tipos de Processos	Qtde	Provável	Possível	Remota	R\$
Ações Trabalhistas	25	53.261.237	-	-	8.610.137
Ações Cíveis	11	1.000.000	17.093.640	-	400.000
Total	36	54.261.237	17.093.640	-	9.010.137

Evolução Processual	2018	Valor da Causa			Estimativa Provisão
Tipos de Processos	Qtde	Provável	Possível	Remota	R\$
Ações Trabalhistas	31	60.790.730	-	1.160.137	14.287.500
Ações Cíveis	12	-	19.052.640	20.000	-
Total	43	60.790.730	19.052.640	1.180.137	14.287.500

Critério para Mensuração da Estimativa Financeira do Passivo Contingente

Para estimar a evolução processual, em função das partes envolvidas decidirem discutir aspectos da indenização no âmbito judicial, e em obediência ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, tal transação não atende mais os critérios de reconhecimento como obrigação presente do Clube e sim como passivo contingente, tendo em vista a existência de eventos futuros incertos, que não estão mais sob o controle do Clube, tais como prazo e valor a ser desembolsado para a sua liquidação.

No melhor entendimento da administração e apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, a mensuração levou em consideração o tipo de ação, a evolução processual, o histórico dos acordos firmados e as jurisprudências apresentadas por casos semelhantes.

Acordos e Sentenças em 2018

Em 2018 as contingências trabalhistas e cíveis movimentaram 63 processos entre ações judiciais e extrajudiciais, das quais 20 delas tiveram seu encerramento durante o ano, e representaram R\$ 12.841.585 (Valores devidamente registrados como passivo no ano) em sua maioria fruto do acidente aéreo de 2016. A maioria dos acordos judiciais e extrajudiciais apresenta parcelamento da dívida, no maior número de caso em mais de 60 parcelas.

19. Patrimônio Social

Ajustes de Exercícios Anteriores

De acordo com a Lei da S/A (Lei 6.404/1976), e a NBC TG 1000 seção 10, o resultado do exercício não deve estar influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores, ou seja, deverão transitar pelo balanço de resultados somente os valores que competem ao respectivo período. Como ajustes de exercícios serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

A Administração julgou prudente efetuar ajustes fruto de mudança de política e erros contábeis, registrando as operações de exercícios anteriores em contrapartida do superávit/déficit acumulado, abaixo demonstramos os efeitos:

Ajustes de Exercícios Anteriores	2018	2017
Notas Fiscais de períodos anteriores e estimativas de ações revertidas.	238.600	123.390
Assunção de Dívida, Contratos não Registrados (a)	(567.807)	-
Total	(329.207)	123.390

(a) Em Agosto de 2018 a Associação Chapecoense de Futebol (ACF) firmou um termo de Assunção de Dívida com a Associação dos Atletas da Chapecoense, referente empréstimos com terceiros de 2011 a 2013 sem o devido pagamento. O Vice-Presidente Administrativo/Financeiro e o Vice-Presidente Jurídico emitiram parecer à administração sobre a origem da dívida e os referidos encargos existentes até a presente data e a administração da ACF entendeu que a dívida existia e a entidade Associação dos Atletas não teria como honrar os pagamentos, assumindo a obrigação com os terceiros. (Valor Principal R\$ 202.116 e Juros e Encargos R\$ 365.691).

Reservas de Contingências

Devida ao impacto econômico e financeiro que pode trazer as demandas jurídicas fruto de ações trabalhistas, tributárias e cíveis vinculadas ao acidente aéreo ocorrido no período (29/11/2016) o Conselho Gestor e a Direção constituíram uma reserva para contingências para manutenção e garantia da continuidade da Entidade no montante de 80% do superávit dos exercícios, devido aos acordos judiciais e extrajudiciais ocorridos em 2018 esta reserva foi inteiramente utilizada, vejamos:

Descrição	Reserva de Contingências
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.400.550
Constituição 80% do Superávit 2017	3.865.809
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.266.359
Absorção da Reserva de Contingências, pelo Déficit do Exercício.	(9.266.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-

20. Composição da Receita Líquida

Composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Receita de Transmissão	34.893.606	37.859.111	34.893.606	37.859.111
Bilheteria (a)	3.383.185	4.120.692	3.383.185	4.120.692
Patrocínio	11.563.932	9.239.816	11.563.932	9.239.816
Receita de Negociação de Atletas (b)	9.458.583	11.298.182	9.458.583	11.298.182
Programa Sócio Torcedor	9.751.601	13.868.568	9.751.601	13.868.568
Loteria Federal (TimeMania)	206.914	201.120	206.914	201.120
Royalties/Direito de Uso de Marca	1.747.941	1.521.739	1.747.941	1.521.739
Receitas Diversas	1.014.679	1.346.781	1.014.679	1.346.781
Doações/PAF	306	10.125.631	306	10.125.631

(a) As receitas de Bilheteria ocorreram nas seguintes competições:

Competição	2018		2017	
	Qtde Jogos	R\$	Qtde Jogos	R\$
Amistoso	2	4.265	1	197.644
1ª Liga	-	-	2	42.720
Catarinense	10	537.720	10	710.168
Libertadores	1	127.400	3	311.810
Recopa	-	-	1	308.030
Brasileirão Série A	19	2.438.435	19	2.301.960
Copa do Brasil	-	275.365	1	22.090
Sulamericana	-	-	2	226.270
Total	32	3.383.185	39	4.120.692

(b) As Negociações com Jogadores tivemos valores recebidos por: Empréstimos de atletas (ROBERTO SANTOS DE ARAUJO, RODRIGO ALVES DA CRUZ, LOURENCY DO NASCIMENTO RODRIGUES), mecanismo de solidariedade (JOAO PEDRO) recebimento por quebra de contrato (GLAYBSON YAGO SOUZA LISBOA) e Venda para Exterior (Artur Caike do Nascimento Cruz para Al- Assiouty Sport Club - Emirados Arabes) e (Luiz Antonio de Souza Soares para Alshbab Club Arabia Saudita).

(c) São valores recebidos em decorrência da participação no Campeonato Catarinense, Copa do Brasil, Copa Libertadores e do Campeonato Brasileiro.

21. Despesas com Pessoal

Composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Ordenados e Salários	30.222.829	22.078.499	30.222.829	22.078.499
Premiação	7.003.720	9.501.117	7.003.720	9.501.117
INSS/FGTS/PIS	4.233.546	2.775.954	4.233.546	2.775.954
Amortização Direitos Fed. Econ.	10.040.838	9.665.528	10.040.838	9.665.528
Despesas com Transf. Jogadores	705.529	1.266.462	705.529	1.266.462
Indenizações	747.648	862.384	747.648	862.384
Aluguel	-	47.160	-	47.160
Alimentação	125.459	20.891	125.459	20.891
Despesas Médicas	1.448.308	830.591	1.448.308	830.591
Seguros	1.052.054	782.221	1.052.054	782.221
Outros Gastos c/ Pessoal	380.235	761.750	380.235	761.750
Total	55.960.166	48.592.556	55.960.166	48.592.556

22. Despesa com Manutenção

Composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Manutenção Imobilizado	139.410	105.108	139.410	105.108
Manutenção Terceiros	342.795	813.551	342.795	813.551
Manutenção Intangível	734.118	524.456	734.118	524.456
Total	1.216.323	1.443.115	1.216.323	1.443.115

23. Gastos com Jogos e Competições

Os gastos com jogos que representaram o valor de R\$ 7.911.862 em 2018 (R\$ 10.420.885 em 2017) são classificados em dois grupos:

> **Jogos em outras cidades** – São gastos inerentes a transportes, hotéis, alimentação dentre outras despesas dos atletas profissionais e categoria de base.

> **Jogos em casa** – São gastos inerentes a realizar o evento dentro da Arena Índio Conda que tem como principais gastos: Hotel, Vigilância, Sonorização, Polícia, Gandulas, dentre outras necessárias para o espetáculo.

24. Serviços de Terceiros

Os gastos com serviços de terceiros representaram em 2018 no valor de R\$ 10.557.099 (R\$ 6.819.750 em 2017). Destaca-se para 70% desses valores serem representados por comissão na intermediação de jogadores, os demais valores referem-se à assessoria jurídica, administrativa e financeira da entidade.

25. Direito de Imagem

Com base em contratos firmados, o clube apropria mensalmente ao resultado do exercício na "Rubrica de Uso de Imagem" os valores pelo contrato de cessão de direitos, nos quais representaram em 2018 o valor de R\$ 15.860.022 (R\$ 12.359.605 em 2017).

26. Gerais e Administrativas

Composto por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.016
Multas e Indenizações	24.062	29.909	24.062	29.909
Propaganda e Publicidade	866.491	997.213	866.491	997.213
Gastos Logísticos	652.303	1.137.576	652.303	1.137.576
Doações/Ajudas de Custo	255.017	126.994	255.017	126.994
Água, Luz e Telefone	185.266	130.782	185.266	130.782
Despesas Bancárias	172.957	141.326	172.957	141.326
Mensalidades/Periódicos	26.677	65.955	26.677	65.955
Demais Gastos	695.208	515.265	695.208	515.265
Total	2.877.981	3.145.019	2.877.981	3.145.019

27. Resultado Financeiro

Composto por:

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Descontos Obtidos	2.312	10.821	2.312	10.821
Ganhos Auferidos - Renda Variável	32.509	61.619	32.509	61.619
Juros Recebidos	783.380	965.021	25.024	23.627
Juros sobre Capital Próprio	7.973	6.247	7.973	6.247
Provisão Variações Monetárias Ativas	15.777	120.450	15.777	120.450
Receitas de Aplicações Financeiras	73.278	1.953.775	1.117.419	3.355.397
Variações Monetárias Ativas	4.360	-	4.360	-
Total	919.590	3.117.933	1.205.374	3.578.161

Despesas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Descontos Concedidos	18.975	1.848	18.975	1.848
IOC/IOF	232	1.657	232	1.657
Despesas Bancárias	399	0	1.174	625
Juros Pagos	93.067	78.841	93.403	78.841
Perdas Auferidas - Renda Variável	204	8.029	204	8.029
Variações Monetárias Passivas	58.325	117.100	58.325	117.100
Total	171.202	207.475	172.313	208.100

Resultado Financeiro	748.388	2.910.458	1.033.061	3.370.061
-----------------------------	----------------	------------------	------------------	------------------

28. Outros Resultados Operacionais

Composto por:

Outras Receitas	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Dividendos Recebidos	15.531	14.573	15.531	14.573
Indenizações de Seguros Recebidas	750.000	500.000	750.000	500.000
Outras Receitas Não Operacionais	-	20.178	-	20.178
Recuperação de Despesas	170.566	251.953	170.566	251.953
Reversão de Provisão	690.000	2.500.000	690.000	2.500.000
Venda do Imobilizado	-	20.490	-	20.490
Total	1.626.097	3.307.193	1.626.097	3.307.193

Outras Despesas	Controladora		Consolidado	
	2.018	2.017	2.018	2.017
Despesas diversas	10.982	22.097	10.982	22.097
Custo dos Bens Patrimoniais Vendidos	-	25.135	-	25.135
Contingência Processos	15.050.263	7.710.137	15.050.263	7.710.137
Premiação do Ano p/pgto poster	3.071.411	1.355.000	3.071.411	1.355.000
Acidente Aéreo Chapecoense	1.213.464	1.843.707	1.213.464	1.843.707
Total	19.346.121	10.956.076	19.346.121	10.956.076

29. Gestão de Risco e Instrumentos Financeiros

29.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades do Clube a expõe a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Clube.

a) Risco de Mercado

Risco cambial: O Clube atua internacionalmente realizando transações de compra e vendas de atletas e está exposto ao risco cambial principalmente decorrente da variação cambial do dólar dos Estados Unidos e do euro. O risco cambial decorre principalmente das operações de compras e vendas de atletas. O Clube não possuía em 31 de dezembro de 2018 instrumentos derivativos para cobertura de riscos cambial.

Risco de taxa de juros: Decorre de a possibilidade do Clube sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. O Clube não possuía em 31 de dezembro de 2018 instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de juros.

com créditos de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais perdas na realização de contas a receber.

b) Risco de Crédito: Com relação às contas a receber, o Clube está principalmente exposto a contas a receber de outros clubes por venda de atletas e receitas de associados. As contas a receber de clubes estão sujeitas aos riscos normais de inadimplência de mercado. Contudo, além de todos os procedimentos normais de cobrança (administrativas ou federais), o Clube ainda pode acionar o órgão regulador do futebol internacional (FIFA) caso não receba os valores acordados por uma transação, podendo acarretar sanções esportivas ao devedor. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais perdas na realização de contas a receber.

c) Risco de Liquidez: É o risco de o Clube não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de montantes entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades.

30. Seguros

O clube mantém cobertura de seguros cujos valores contratados são estipulados em bases técnicas que se estimam adequadas para cobrir eventuais sinistros envolvendo seus ativos. Também são contratos seguros de atletas profissionais conforme determina a Lei 9.615/1998. Durante o ano houve sinistros os quais foram recebidos e/ou estão em negociação de recebimento dos pleitos previstos nos contratos vigentes.

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
Plínio David de Nêa Filho
Presidente do Conselho Administrativo

Contador
Antonio Martini
CRC: 1-SC-015031/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Conselheiros
Associação Chapecoense de Futebol
Chapecó - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Associação Chapecoense de Futebol ("Entidade")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Associação Chapecoense de Futebol**, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e combinadas com os aspectos contábeis contidos na Interpretação Técnica ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas".

Somos independentes em relação à Entidade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relevante quanto à continuidade operacional

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a **Nota Explicativa nº 01** das demonstrações financeiras, que descreve plano de continuidade elaborado pela Administração para manutenção das atividades da entidade, haja vista, a existência de incertezas que podem levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional, pela existência do Patrimônio Social Negativo (Passivo a Descoberto) em 31/12/2018 no valor de R\$ 23.709.294 (Controladora) e R\$ 23.491.201 (Consolidado).

A continuidade operacional da controladora e do consolidado, dependerá do sucesso do plano de continuidade e/ou de eventuais aportes ao Patrimônio Social. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Contingências Cíveis e Trabalhistas

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a **Nota Explicativa nº 18** das demonstrações financeiras, que descreve a incerteza com relação ao desfecho e possíveis efeitos relacionados aos processos contingenciais relacionados ao acidente aéreo de 2016 entre o Clube e os familiares das vítimas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório datado em 8 de março de 2018, contendo opinião não modificada.

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de demonstração, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse



Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil combinadas com os aspectos contábeis contidos na Interpretação Técnica ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional, aprovada pela Resolução CFC nº 1.429 de 25 de janeiro de 2013 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade e suas controladas, definido como a Administração, Conselho Gestor e Conselho de Administração, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de





auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Chapecó, 05 de abril de 2019

LUIZ GONÇALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR

Auditor

CRC Nº PR-048654/O-0 – SC (Secundário)



**GUIMARÃES E GONÇALVES AUDITORIA E
CONSULTORIA EMPRESARIAL SS**
CRC Nº PR-007570/O-7
CVM Nº 11.967

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina o Estatuto da Associação Chapecoense de Futebol em seus artigos Art. 58, Inciso I, alínea "b" (Reunião Ordinária de Apreciação do Balanço Anual) e Art. 59 alíneas "a" e "b" que transcrevemos abaixo:

Artigo 59 – Ao Conselho Fiscal compete:

- a) Examinar livros, documentos e balancetes mensais;*
- b) Dar parecer sobre o balanço anual e sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo, dentro do prazo de cinco dias, a contar da data de seu recebimento.*

O presente Conselho Fiscal da Associação Chapecoense de Futebol teve por base a análise dos seguintes documentos:

- 1. Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo) do exercício de 2018;*
- 2. Demonstração do Superávit/Déficit do exercício de 2018;*
- 3. Demonstrações dos Resultados Abrangentes de 2018;*
- 4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa de 2018;*
- 5. Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras de 2018*
- 6. Balancete Contábil de 31/12/2018; e*
- 7. Relatório do Auditor Independente sem Modificação de Opinião do Exercício de 2018;*

Considerações

O Conselho Fiscal, também mantém a preocupação demonstrada pela auditoria externa com os resultados negativos do ano e o andamento dos processos contingenciais cíveis e trabalhistas fruto do acidente aéreo de 2016. Seguirá no acompanhamento do plano de continuidade operacional da administração para saneamento dos resultados nos próximos exercícios.

Na avaliação da prestação de contas (orçamento de 2018), constatamos que houve distorções entre o previsto e o realizado, estas em sua maioria fruto dos desfechos dos processos contingenciais e a manutenção da equipe na serie A, com pagamento de premiações, rescisões de contratos (Treinadores e Comissão Técnica) e contratações de novos jogadores em caráter emergencial. Identificamos que houve suplementação orçamentária de 2018 (solicitada em novembro de 2018) aprovada pelo conselho deliberativo em 31/01/2019.



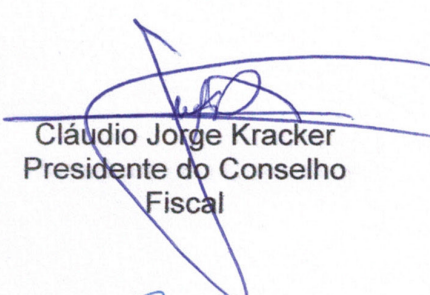
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Opinião

No cumprimento do disposto nos artigos 58 e 59 do Estatuto da Associação Chapecoense de Futebol e após análise dos documentos acima listados (Demonstrações Financeiras Controladora e Consolidado de 2018 e Relatório dos Auditores Independentes sem Modificação de Opinião) do Exercício de 2018, o Conselho Fiscal entende que estas peças traduzem a realidade dos atos e fatos do período, obedecendo as normas contábeis em vigor, pelo que delibera dar parecer favorável às mesmas, sugerindo a aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Assim sendo, os abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal com mandato de 2019 a 2020, dão fé ao referido parecer, com voto da totalidade dos membros deste conselho.

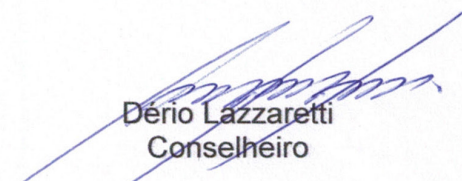
Chapecoense, 10 de abril de 2019.



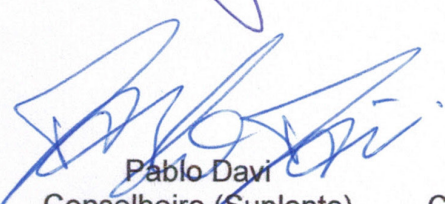
Cláudio Jorge Kracker
Presidente do Conselho
Fiscal



Marcelo Covatti
Conselheiro



Dêrio Lazzaretti
Conselheiro



Pablo Davi
Conselheiro (Suplente)

Ivanor Araldi
Conselheiro (Suplente)



Eloi Bergamashi
Conselheiro (Suplente)

APROVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em reunião realizada no dia 15 de abril de 2019, foram APROVADAS POR UNANIMIDADE, pelo Conselho Deliberativo, as Demonstrações Financeiras da Associação Chapecoense de Futebol (Controladora) e Consolidado de 2018, e a prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Chapecó- SC, 15 de abril de 2019

Rudimar Roberto Bortolotto

Presidente

Mauro Cesar Finco

1º Vice-Presidente

Anderson Floss da Silva

2º Vice-Presidente

Altair Guinzelli

3º Vice-Presidente

Arthur Badalotti Smaniotto

Secretário



Associação Chapecoense de Futebol

CNPJ: 83.018.788/0001-90

Rua Clevelândia, 656E / Esquina Índio Condá

CEP: 89801-561 / Chapecó, SC

www.chapecoense.com